

# Brasil quer mais prazo para

## pagar dívida de 1985

**Brasília** — O Brasil mudará sua estratégia para renegociação da dívida externa a vencer a partir do próximo ano: vai propor aos credores a dilatação do prazo para amortização do principal (em torno de 110 bilhões de dólares), buscará um período de carência de três a quatro anos e o pagamento de um montante fixo de juros, de acordo com a variação média da inflação internacional.

Mais de 70% da dívida brasileira foram contratados a taxas de juros flutuantes e, segundo uma autoridade da área econômica, esse esquema deve ser revisto, pois penaliza o país quando os juros se mantêm altos, como agora. O novo projeto implica entendimentos a nível de governo, pois cada banco credor tem algum tipo de dependência em relação às autoridades do país onde é sediado.

### FASE 2 É ACERTO CONTÁBIL

Até agora, a renegociação da dívida brasileira vinha sendo feita por período de 12 meses. Foi o que se tentou no final de 82, mas o esquema para 83 não pôde ser fechado, o que obrigou as autoridades brasileiras a voltarem aos credores em setembro, para fixar novas condições para o que restava de 83 e também para 84 (a chamada fase 2, que se completará com a assinatura do crédito **jumbo**, dia 27).

Assim que forem assinados os contratos dos novos empréstimos para o acerto da fase 2, totalizando 28 bilhões 300 milhões de dólares (total dos quatro projetos) as autoridades da área econômica do Governo respiração aliviadas. Mas o alívio não durará muito tempo, porque a equipe econômica terá que voltar aos credores para renegociar a dívida a vencer no próximo ano.

Os empréstimos negociados agora com os credores se destinam a fechar as contas de 1983 e, se tudo correr bem, garantir tranquilidade ao balanço de pagamentos do país até o fim deste ano. Esses empréstimos (crédito interbancário, crédito comercial, rolagem da dívida de 84 e o **jumbo**) representam um acerto contábil com os credores — não chegará ao país um dólar sequer. Nem mesmo o **jumbo**, com a rubrica de **new money** (dinheiro novo), no valor de 6 bilhões 500 milhões de dólares, entrará nos cofres do Banco Central. Isto é, será imediatamente destinado ao pagamento de compromissos atrasados.

A renegociação dos débitos a vencerem a partir do próximo ano devem seguir rumos diferentes daqueles que vinham sendo trilhados até aqui. Ao invés dos acertos se basearem em pedidos de mais recursos (créditos **jumbos** sempre maiores) para financiar os déficits

do balanço de pagamentos, deverão incluir agora mais prazos para pagamento da dívida externa e a fixação de um volume de juros a ser quitado anualmente.

### SOB O PESO DOS JUROS

Uma indicação de como será o roteiro foi fornecida no dia 12, em Quito, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, em discurso na Conferência Econômica Latino-Americana. Afirmou o Ministro Guerreiro: "... Os esforços devem incluir, sempre que necessário, uma reprogramação de pagamentos devidos, tanto a título de principal quanto de juros, pois sem isso será difícil, senão impossível, a retomada de nosso desenvolvimento..."

Para o Brasil, no entendimento de uma autoridade da área econômica, a reprogramação mencionada pelo Chanceler será inevitável. O país gasta anualmente, em pagamento de juros, uma soma em torno de 12 bilhões de dólares. No ano passado, o Brasil seguiu a cartilha do FMI e conseguiu ultrapassar em alguns milhões de dólares a meta de superávit comercial, o que ajudou no fechamento das contas, mas aumentou a pobreza interna.

Lembrou esta autoridade que o fato de a receita do FMI ter funcionado no primeiro ano não oferece garantia de que o mesmo vá se repetir este ano. O próprio Fundo já está mais liberal com seu programa imposto aos países que a ele recorrem. No caso do Brasil, isso ainda é insuficiente e a recessão interna vai demorar mais alguns anos.

Enquanto o Brasil continuar sujeito às altas taxas de juros do mercado internacional, provocadas em grande parte pelo déficit público dos Estados Unidos, em decorrência do rearmamento nuclear do país, não terá como superar a recessão — lembrou a autoridade. O Brasil paga anualmente cerca de 5% de seu PIB (estimado em 250 bilhões de dólares) em juros aos bancos privados. O Produto Interno Bruto não registra crescimento pelo quarto ano consecutivo.

Para cumprir as metas acertadas com o FMI, o país faz malabarismos e exige grandes sacrifícios da população, lembrou uma fonte do Governo. O Brasil exporta, a cada ano, um volume maior de mercadorias, vendidas a preços cada vez mais baixos, tanto pela deterioração no valor de venda dos produtos, como ainda pela competitividade cada vez maior de outros exportadores. Com a alta do dólar no mercado externo, todos os países exportadores desvalorizam suas moedas, aumentando a concorrência.